

Casa de Arnaldo, circa 1964

Considerações pessoais sobre a repressão
interna na Faculdade de Medicina da USP no
ano do Golpe Militar

THOMAS MAACK

O golpe de 31 de março de 1964 e o primeiro período de implantação da ditadura atingiu profundamente a Universidade de São Paulo e, entre as suas faculdades, nenhuma foi mais atingida do que a de Medicina (FMUSP), a assim chamada Casa de Arnaldo. As seqüelas do golpe, se bem que muito menos brutais do que as que seguiram o Ato Institucional nº 5, talvez sejam particularmente instrutivas para o presente quando se instala o primeiro governo formalmente democrático no país em um quarto de século. O golpe foi o começo de um processo que levaria à permanência inevitável da ditadura e, se a história se repete, é importante considerar os começos, pois estes talvez possam ser evitados. No contexto geral do golpe, os acontecimentos relatados neste artigo são obviamente um capítulo de pouca importância, mas para a universidade brasileira a repressão na FMUSP deixou uma marca profunda. O que se segue são pequenos ensaios soltos e comentários, emaranhados na realidade do golpe militar e na quase irrealidade do atavismo corporativista da Faculdade de Medicina em 1964. Os nomes e os episódios narrados neste artigo são verdadeiros, mas a intenção não é a de fazer história e sim contar experiências pessoais com o objetivo de retratar a atmosfera da FMUSP em torno de 1964. Diversos catedráticos da FMUSP da época são duramente criticados neste artigo. Não foi sem hesitação que resolvi mencioná-los por nome, porque tenho a plena consciência de que as críticas podem ser interpretadas como revanchismo. Todavia, a alternativa seria pior. Descrever os expurgos na FMUSP sem claramente citar os nomes dos responsáveis seria correr o risco de cometer a grave injustiça de generalizar os atos desses indivíduos para o conjunto da FMUSP. Tomo o cuidado de só acusar pessoas quando existem provas documentadas dos atos que cometeram ou quando estes atos foram tão públicos que não há dúvida sobre a sua ocorrência. Todavia, a hierarquia de culpabilidades que faço tem um componente subjetivo inevitável. Dois tipos importantes de omissão devem ficar aqui registrados. Primeiro, alguns dos delatores, dos dedos-duros da FMUSP em 1964 mantiveram-se anônimos. Prefiro não mencionar os que conhecia porque não conseguiria provar a sua culpabilidade. Segundo, neste artigo descrevo em detalhe dois docentes da FMUSP que para mim foram e são um modelo de competência acadêmica e dignidade pessoal, Michel Rabinovitch e Alberto Carvalho da Silva. Outros poderiam ter sido mencionados porque a maioria de docentes na FMUSP não só era competente mas também comportou-se com dignidade em 1964. A essa maioria e, particularmente, aos muitos colegas e amigos da FMUSP que me ajudaram em horas difíceis peço desculpas pela omissão.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Formei-me na FMUSP em 1961. Como estudante dediquei-me desde o primeiro ano à pesquisa científica sob a orientação do professor Michel Rabinovitch, no Departamento de Histologia e Embriologia da FMUSP. A minha militância política na esquerda era

THOMAS MAACK é
"Full-Professor" de
Fisiologia no
Departamento de
Fisiologia do
Cornell University
Medical College
de Nova York.

T
E
X
T
O
S

intensa mas exercida quase que totalmente fora da faculdade: na União Estadual de Estudantes, na União Nacional de Estudantes, em sindicatos e junto a organizações políticas e partidárias. A natureza dessas atividades é irrelevante no contexto do presente artigo e, portanto, não será descrita. Depois da minha formatura dediquei-me em tempo integral à vida acadêmica e científica, primeiro no Departamento de Histologia e depois no Departamento de Fisiologia da FMUSP. Em 1964 era auxiliar de ensino no Departamento de Fisiologia dirigido pelo professor Alberto Carvalho da Silva. Em 8 de junho daquele ano fui preso por militares em meu laboratório. A maior parte de meus sete meses de prisão, quatro dos quais em incomunicabilidade absoluta, foi no navio-prisão “Raul Soares” ancorado à pequena distância de um cais do porto da cidade de Santos. Nas semanas iniciais de prisão ocupei um quarto no quartel do II Exército localizado em Quitaúna. Nas semanas finais fiquei encarcerado na prisão comum em Santos. A minha foi a mais longa prisão sofrida por um docente da USP em 1964 e deveu-se principalmente às minhas atividades políticas fora da universidade. Este artigo contém relatos dos meus tempos de prisão só quando diretamente relacionados com acontecimentos na FMUSP. Em 10 de outubro de 1964, juntamente com seis membros do corpo docente (Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Pedro Henrique Saldanha, Julio Puddles, Erney Felício Plessman Camargo, Reynaldo Chiaverini e Luiz Rey), fui demitido da FMUSP por decreto do então governador Adhemar de Barros, um dos baluartes civis do golpe militar. Juntamente com onze docentes da FMUSP fui indiciado e processado perante a 2ª Auditoria de Guerra. Fomos todos absolvidos a pedido do próprio promotor. Também fui absolvido, na mesma auditoria de guerra, de um processo decorrente das minhas atividades políticas fora da faculdade. Dessa vez o promotor não só pediu uma longa sentença mas recorreu do veredito. O Supremo Tribunal Militar confirmou minha absolvição porque, como os juízes da 2ª Auditoria de Guerra, chegou à conclusão de que não havia suficiente número de horas num dia para fazer todas as coisas de que eu era acusado. Esses julgamentos ocorreram quando eu já estava fora do país. Fui liberado em 15 de dezembro de 1964 por ordem de um habeas-corpus do Supremo Tribunal Federal mas nova prisão preventiva foi decretada três dias depois. Com minha esposa Isa e nossa filha Marisa de dezoito meses fugimos do país em fins de dezembro de 1964 para os Estados Unidos onde estamos até hoje com a adição de mais uma filha, Marcia, nascida em 1966. Algum tempo depois da minha fuga, não sei quando, foi decretada a minha expulsão do país, decreto que só seria revogado em 1978, quando voltei pela primeira vez ao Brasil.

UMA QUESTÃO DE FAMÍLIA

Para os que não conheciam a FMUSP nos anos 60 é difícil entender até hoje o grau de repressão interna depois do golpe de 1964. Como documentado no “Livro Negro da USP”, além dos sete docentes demitidos pelo decreto de Adhemar de Barros, dezesseis foram indiciados no inquérito policial-militar (IPM) instaurado para apurar as atividades “subversivas” na FMUSP, onze dos quais foram levados a julgamento; dezenas constavam de listas secretas de delação. O poder da FMUSP também teve um papel importante nos expurgos mais restritos em outras faculdades da USP através de Jerônimo Gilberto Campos Freire, catedrático de Urologia, membro da comissão tríplice da USP que dirigiu o expurgo interno na universidade em 1964 seguindo ordens do reitor Gama e Silva. O “Livro Negro da USP” argumenta que o extenso expurgo na FMUSP tinha como possível objetivo eliminar a base do reitor Ulhôa Cintra. É mais provável que a explicação resida na composição particular do poder na FMUSP em torno de 1964. Mais do que em qualquer outra das faculdades da USP, um pequeno grupo social composto em sua maioria de elementos da tradicional família paulistana dominava as cátedras e a direção da FMUSP. Até março de 1964 esse grupo, a assim chamada “família”, não tinha perdido um único concurso de cátedra e preparava sua *entourage* e seus descendentes – filhos, genros, sobrinhos – para a continuação do poder. Em seu conjunto, a “tradicional família paulistana” na FMUSP se comportou como qualquer outro grupo social, cultural ou étnico fechado.

Com exceções importantes, a “família” era profissionalmente medíocre e incapaz de se adaptar à modernização da medicina e das ciências na década dos 60. Alguns expulsam abertamente as suas fantasias idiossincráticas aos estudantes. Charles Corbett, catedrático de Farmacologia, fumava maconha nas aulas com o intuito de demonstrar que a erva não era tão maldita quanto se falava. Como maconha não era a droga que

estudantes usavam na minha época – álcool e anfetaminas eram os tóxicos preferidos –, as demonstrações pessoais de Corbett eram enfadonhas e, habitualmente, dormíamos na aula enquanto o professor “puxava o seu fuminho”. A Farmacologia, com a descoberta dos corticóides, de antibióticos e de peptídeos hormonais, era uma das especialidades mais dinâmicas das ciências médicas na época. Charles Corbett, que tinha ganho a sua cátedra em um concurso em que o candidato vencido havia sido Mauricio Rocha e Silva – descobridor da bradicinina e o mais renomado biólogo do país na década de 50 e 60 –, gastava o seu e o nosso tempo com demonstrações não-científicas sobre a maconha. Pacheco e Silva, catedrático de Psiquiatria, também tinha fixação no fumo, mas de cigarro. Aula após aula discutava sobre os malefícios do tabaco. O leitor poderá pensar que Pacheco e Silva era um homem adiante de seu tempo, pois o cigarro é hoje, reconhecidamente, um fator de risco importante na incidência de câncer, doenças pulmonares e cardiovasculares. Essas não eram, todavia, as razões do psiquiatra. Segundo ele, o cigarro era a causa principal de impotência sexual masculina, uma hipótese que até hoje não encontro registrada em nenhum livro ou estudo. Um pouco assustados ouvíamos as preleções de Pacheco e Silva fumando os nossos cigarros. A psiquiatria também desenvolvia-se rapidamente na época, mas disso não ouvíamos nada. Edmundo Vasconcelos, catedrático de Cirurgia, dava aulas num anfiteatro onde estava exposto um busto esculpido dele mesmo e na biblioteca de sua clínica expunha um retrato seu pintado por Flexor. Com frequência exibia um bisturi de ouro que, segundo ele, lhe fora dado pelo rei da Suécia – prêmio Nobel de Cirurgia – por ter feito a gastrectomia mais rápida do mundo, vinte minutos se não me falha a memória. Na época dos antibióticos e da reposição científica de fluidos orgânicos, Vasconcelos discutia a velocidade do ato cirúrgico, um parâmetro que após a Segunda Guerra Mundial tornou-se irrelevante para a sobrevivência dos pacientes. Como retribuição, todo ano o busto desse famoso cirurgião era roubado do anfiteatro pelos estudantes para fazer parte do “show medicina”. Invariavelmente a direção da FMUSP abria um inquérito com ameaças de expulsão aos perpetradores do furto. O busto era recolocado no anfiteatro na calada da noite para ser surrupiado no ano seguinte.

Alguns catedráticos, como por exemplo Carlos da Silva Lacaz (Microbiologia), Odorico Machado de Sousa (Anatomia), Luiz Décourt (Medicina) e Pedro de Alcântara Machado (Pediatria), pelo menos eram dedicados ao ensino. A maioria, todavia, tinha apenas conhecimento livresco ou de prática clínica de suas disciplinas. Poucos entendiam os novos avanços de suas especialidades e um número menor ainda estava disposto a abandonar o corporativismo familiar para adaptar a FMUSP às exigências do desenvolvimento das ciências médicas na década dos 60. Na realidade, nessa última categoria consigo lembrar-me de apenas dois nomes, Jayme Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (Bioquímica) e Antonio Barros de Ulhôa Cintra (Medicina). Não era uma questão de idade – a maioria dos catedráticos era relativamente jovem. Não era uma questão de preguiça – muitos trabalhavam horas a fio. Não era nem uma questão de falsas pretensões intelectuais – um número significativo de catedráticos contentava-se em deixar docentes mais competentes dar o tom acadêmico aos seus departamentos. Era simplesmente uma questão de falta de qualificação acadêmica para exercer a liderança da medicina e das ciências médicas na década de 60. Por isso, agarravam-se com unhas e dentes ao poder e à cátedra vitalícia. A reforma universitária era para eles uma sentença de morte. Daí a violência verbal, a falta de caráter, a falta de dignidade e ética com que conduziram os expurgos na FMUSP.

Em fins de 1950, a “família” estava minguando numericamente e os escalões intermediários de docentes eram compostos em sua maioria de “imigrantes”. “Imigrante” era qualquer pessoa fora do círculo do poder e incluía elementos de descendência europeia, árabe, oriental, carioca, mineira, nordestina e de outras diversas origens. Entre os “imigrantes” incluía-se também qualquer mulher, ainda que fosse da “família”. Mesmo em condições favoráveis – e as condições não o eram em torno de 1964 –, um círculo social restrito precisa de quadros para se perpetuar no poder. Entretanto, numa cidade de imigrantes como São Paulo, era difícil evitar a miscigenação; numa época de conscientização do controle de natalidade era difícil convencer as mulheres a servirem simplesmente de fonte de procriação intensiva; numa idade de rebeldia era difícil convencer os filhos a seguirem os passos do pai. Em março de 1964, antes do golpe, a “família” ainda conseguiu recrutar um aliado – Demóstenes Orsini – para se opor ao português Alberto Carvalho da Silva no concurso para a cátedra de Fisiologia. Perderam o concurso. Já no concurso de cátedra seguinte, o de Bioquímica, não conseguiram sequer

recrutar um candidato para se opor ao judeu Isaias Raw. A perspectiva para os concursos seguintes não era das mais animadoras.

A mediocridade da maioria dos catedráticos da FMUSP contrastava com um dinâmico e competente escalão intermediário de docentes. A FMUSP era de fato o melhor centro médico da América Latina, a melhor escola médica e uma das melhores instituições acadêmicas e científicas do país. Em cada departamento havia pelo menos um e, freqüentemente, mais do que um docente que nos orientava nos caminhos do que havia de melhor em suas especialidades. A dedicação e o conhecimento desses docentes é para mim inesquecível e nós os drenávamos sem piedade. Além disso, o corpo docente era de qualidade excepcional. Os meus colegas de classe na FMUSP nada deixavam a dever aos meus estudantes atuais na Cornell, uma das escolas médicas mais seletivas dos EUA. Essa contradição entre um corpo de catedráticos, em sua maioria academicamente retrógrado, e um corpo docente e discente que congregava o que havia de mais competente no campo das ciências médicas do país teria que se resolver de uma forma ou outra.

Em 1964 a “família” sabia que estava a beira de perder para sempre o seu domínio na FMUSP – 31 de março propiciou-lhe o último sopro de vida. Aproveitando-se do golpe militar deslançou uma intensa e, infelizmente, bem-sucedida campanha de repressão e intimidação interna cuja extensão, ao que eu saiba, não teve paralelo nas demais escolas da universidade brasileira. A problemática do poder na FMUSP durante o golpe não era tanto a de eliminar esquerdistas e reformistas acadêmicos *per se*, se bem que o resultado também tivesse sido esse. Apesar dos catedráticos serem em sua maioria direitistas políticos e conservadores acadêmicos, eles já tinham demonstrado que poderiam conviver com socialistas, marxistas, comunistas e progressistas acadêmicos em seu meio, desde que a estrutura de poder da “família” não fosse ameaçada. Alípio Corrêa Neto, catedrático de Cirurgia, tinha sido candidato à Presidência da República pelo Partido Socialista. Samuel Pessoa, catedrático de Parasitologia na década de 50, foi candidato a deputado pelo Partido Comunista. Ulhôa Cintra, catedrático de Medicina, era um dos líderes da reforma universitária na FMUSP e na USP quando o golpe foi deslançado. Esses eram as ovelhas negras, mas eram “família” e como tal podiam ser tolerados. Até os Carvalho da Silva, os Isaias Raw, os Michel Rabinovitch, os Chiaverini, os Deane e outros seriam aceitáveis se fossem casos isolados. O problema era toda leva de “imigrantes” (árabes, judeus, italianos, japoneses e – valha-nos Deus! – até nordestinos e mulheres) que inevitavelmente assumiria a liderança acadêmica na FMUSP na década de 60 e 70 se o golpe e o expurgo não tivessem ocorrido.

Não era necessário eliminar todos os “imigrantes”; muitos permaneceram depois de 1964. Afinal de contas, alguém tinha que ensinar Medicina na FMUSP. Bastava a intimidação, o isolamento, a desmoralização para neutralizá-los como força política interna. A demissão dos sete docentes pelo decreto de Adhemar de Barros, o indiciamento de dezesseis em processo policial-militar e as listas de delação tiveram essa função primária. Secundariamente as demissões e as listas também envolviam casos de vingança pessoal, inveja profissional, anti-semitismo e, em alguns casos, puro oportunismo para eliminar um competidor direto. Esses aspectos secundários chamam mais atenção pela arbitrariedade, pela falta de caráter de seus perpetradores e, francamente, porque é mais fácil – às vezes mais divertido – contar essas facetas do que fazer uma análise documentada sobre as causas primárias de um fenômeno. Ao ler as narrativas que se seguem – e eu diria de qualquer outro relato pessoal dos eventos na universidade em 1964 – o leitor deve precaver-se contra a tendência de generalizar arbitrariedades sofridas por indivíduos para explicar os expurgos na FMUSP. As arbitrariedades foram simplesmente uma arma na ação organizada para manter o poder, na Casa de Arnaldo, nas mãos dos catedráticos.

A “família” eliminou da FMUSP os seus inimigos mais visíveis, mas também não ganhou, porque não havia golpe militar que pudesse ajudá-la a produzir descendentes e controlar os filhos. Além disso, numa cidade de imigrantes que usam a educação e a competência profissional como escada de ascensão social, é praticamente impossível manter qualquer entidade ou profissão sob o domínio exclusivo dos “nativos”. Hoje, a “família” perdeu grande parte de seu poder na FMUSP. Com a mudança para a Cidade Universitária, as cadeiras básicas liberaram-se de seu jugo. Mesmo nas cadeiras clínicas, como se comprova pelos sobrenomes dos atuais professores titulares, o seu domínio esvaziou-se. Deve-se ressaltar, todavia, que até hoje nenhuma mulher na FMUSP é titular, uma tradição que, infelizmente, tem sido estritamente seguida mesmo pelos seto-

res mais progressistas da faculdade. Em 1964 e 1968, o poder da Casa de Arnaldo fez na realidade uma política de “terra arrasada”, expurgando, isolando ou intimidando o que havia de melhor, enquanto esperava a inevitabilidade de sua própria decadência.

CERVANTES, KAFKA E MCCARTHY SOB O MESMO TETO

Poucos se lembram, mas a FMUSP foi o último foco de resistência ao golpe militar em São Paulo. Em 1º de abril uma assembléia de estudantes com alguns docentes presentes reuniu-se no anfiteatro da Microbiologia, decretou greve e a ocupação do prédio da Av. Dr. Arnaldo até que o golpe militar fosse derrotado. Uma semana depois, quando o movimento legalista dirigido por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul entrou em colapso, decidimos acabar com a resistência inútil. Como a faculdade estava cercada por militares armados, abandonamos a FMUSP na calada da noite saindo pelo túnel que comunica o prédio da Av. Dr. Arnaldo com o Hospital das Clínicas. Mesmo os seus participantes freqüentemente usam o termo “quixotesco” para caracterizar esse ato de resistência ao golpe, mas a explicação é bem mais simples. Para nós, a intenção militar que estabeleceu 25 anos de ditadura iria ser tão passageira quanto a tentativa de impedir a posse de Jango Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros.

Dois dias depois do golpe, também reuniu-se a Congregação de Professores da FMUSP, constituída na época quase que exclusivamente por professores catedráticos, para votar uma moção de apoio incondicional ao golpe militar. Apenas dois membros da Congregação fazem uma restrição que consistia “... em apoiar o Exército apenas se promovesse um regime democrático e respeitasse a constituição” (depoimento de Isaias Raw no “Livro Negro da USP”). Qualquer observador menos conhecedor da época concluiria que esses dois professores estavam dizendo que apoiariam a ditadura contanto que essa fosse democrática. A explicação, todavia, era menos kafkiana. Como nós, eles não acreditavam que o golpe iria estabelecer um regime militar permanente e sabendo-se minoritários na reunião da Congregação procuravam de certa forma “salvar a honra” da faculdade quando a legalidade democrática fosse restabelecida, o que certamente não deveria levar muito tempo.

A greve terminada, o prédio desocupado, a Congregação da faculdade volta a se reunir, agora para deslanchar os primeiros atos de repressão interna, antes mesmo que os militares desencadeassem a sua campanha de aniquilamento político das forças democráticas no país. Os poderes constituídos da faculdade prontamente ordenaram a coleta de nomes de docentes que supostamente participaram na assembléia de estudantes que decidiu a greve e a ocupação da faculdade. Essa lista foi lida para a Congregação por Dante Nesi, secretário da FMUSP e, se bem que a minha recordação seja vaga, tenho a certeza de que alguns dos acusados não participaram da assembléia. Assim começa o primeiro indício de que o golpe militar seria usado para eliminar da faculdade docentes cuja ideologia política não se coadunava com a da maioria da Congregação e, talvez mais importante, cuja competência acadêmica ameaçava a manutenção de seus privilégios.

Curiosamente, quando a lista foi lida o meu nome não constava, um lapso que foi prontamente corrigido pelo prof. Luis Carlos Uchôa Junqueira, então catedrático de Histologia e Embriologia da FMUSP. Essa foi a primeira das infames listas de delação na FMUSP e serviu de base para o decreto de Adhemar de Barros que nos demite da faculdade antes mesmo de se concluir o IPM conduzido pelo tenente-coronel Ênio dos Santos Pinheiro. Mais uma vez, esqueceram inicialmente do meu nome pois este surge no fim do decreto, como uma apressada inclusão de última hora e com o errôneo título de professor, a promoção mais rápida já concedida a um auxiliar de ensino em toda história da Universidade de São Paulo. Dessa vez levou mais tempo para se corrigir o erro, o que foi feito quinze anos depois, quando em 1979 a USP generosamente se oferece para restituir minha posição docente com o título original, não o que aparece no decreto.

A repressão na FMUSP em 1964 tinha dois objetivos específicos: eliminar a esquerda, que se enquadrava com o objetivo do golpe militar, e reverter o processo – ainda em sua infância – de modernização acadêmica e científica da faculdade e da universidade. O movimento acadêmico reformista ameaçava seriamente os privilégios da maioria dos professores catedráticos e de uma seleta parcela do corpo docente. A ditadura não tinha como objetivo inicial imiscuir-se em questões acadêmicas mas teve que se aliar aos donos da Casa de Arnaldo para reprimir a esquerda universitária militante. Esta apoiava o

movimento reformista acadêmico mas não o liderava e nem o influenciava de maneira decisiva. Dos docentes demitidos pelo decreto de Adhemar de Barros, apenas Luiz Hildebrando Pereira da Silva e eu éramos ativistas sérios de esquerda e, mesmo assim, em facções opostas, com a maior parte de nossa militância não dentro mas fora da faculdade. Os líderes do processo de modernização da FMUSP, como Ulhôa Cintra, Alberto Carvalho da Silva e Isaias Raw não eram de esquerda, nem sob o ponto de vista ideológico e muito menos sob o ponto de vista de militância política.

A comparação das delações na FMUSP com as que ocorreram nas universidades americanas na época de McCarthy é cabível, se bem que em 1964 medo e oportunismo tiveram um papel menor na FMUSP. Nos Estados Unidos, muitos dos que acusavam docentes perante “comissões de lealdade” instituídas nas universidades mesmo antes de McCarthy faziam-no por covardia intelectual e/ou carreirismo. O exemplo semelhante na FMUSP foi o de seu diretor – João Alves Meira – ao ceder a sua sala a um coronel de exército que conduziu o inquérito político o qual levaria ao expurgo e prisão de docentes dessa faculdade.

Um outro exemplo de um tipo diferente de macarthismo foi o desempenhado por Antônio Dácio Franco do Amaral, professor catedrático de Parasitologia. Provavelmente por dirigir um departamento em que a maioria dos docentes foi alvo da repressão em 1964, Dácio Franco do Amaral acabou sendo envolvido no IPM da FMUSP. O promotor não aceitou a acusação e não o processou. Mas o objetivo do indiciamento não era esse. Por medo ou por ciúme profissional, ou ambos, Dácio Franco do Amaral fez delações grotescas em seus depoimentos perante o IPM da FMUSP. Direta ou indiretamente, as suas acusações contribuíram significativamente para a destruição do Departamento de Parasitologia, construído a duras penas pelo catedrático anterior, Samuel Pessoa. Luiz Hildebrando, Luiz Rey e Erney Camargo foram demitidos pelo decreto de Adhemar de Barros e processados na 2ª Auditoria de Guerra. O casal Deane foi indiciado no processo e, junto com o casal Nussenzevig que se encontrava fora do país em 1964, demitiu-se por ser-lhes impossível trabalhar num departamento em que o próprio catedrático tinha sido o principal delator. Assim, a FMUSP perdeu sete dos mais competentes parasitologistas do país. Até hoje a parasitologia brasileira ainda não se recuperou desse choque. Entre os delatores graúdos da FMUSP, Dácio Franco do Amaral é, para mim, a figura mais patética e – desculpem-me as suas vítimas – o único de quem consigo sentir alguma pena. Com as suas delações esse homem livrou-se por um momento de seus fantasmas. E depois?

SORTE/AZAR

Dos docentes demitidos em 1964, Michel Rabinovitch foi sem dúvida a maior perda para a FMUSP e uma das maiores para as ciências biológicas do país. Não tanto por sua indubitável competência como pesquisador mas pela capacidade inigualável de atrair estudantes de medicina para a carreira científica. Michel formou cerca de dez dos meus contemporâneos, muitos deles hoje cientistas de renome internacional, trabalhando fora ou dentro do país. No espaço de tempo de 25 anos, o seu expurgo da FMUSP representou a perda potencial de dezenas de outros jovens estudantes de medicina para a carreira científica.

Michel era dotado de forte carisma e charme mas, por si só, isso não bastaria para explicar o seu sucesso como formador de cientistas. Aliada a essas qualidades havia uma seriedade profissional que trazia resultados surpreendentes para a época e para o ambiente da FMUSP. A medida concreta mais importante dessa seriedade era a publicação de nossos trabalhos em revistas científicas de alto impacto internacional. Isso na FMUSP, em meados de 1960, onde predominava notória fluidez intelectual, discurso científico vazio e “pesquisa de gaveta”. Michel foi direta e indiretamente o centro da formação de cientistas na FMUSP entre 1956 e 1964. Além de Rabinovitch, o grupo da Parasitologia, Alberto Carvalho da Silva na Fisiologia, Isaias Raw na Bioquímica e outros atraíam jovens estudantes de medicina para seus laboratórios. Entre 1964 e 1968, juntamente com Michel, praticamente todo o escalão docente superior e intermediário dedicado à tarefa de formar cientistas básicos foi eliminado da FMUSP. O país ainda está pagando o preço desse desvario.

A terceira razão da enorme atração que Michel exercia é que dentro do ambiente profissional e profissionalizante intenso havia uma atmosfera melhor definida como “nem tudo na vida é ciência”. O nosso trabalho de pesquisa era feito depois das aulas em dias

de semana até altas horas da noite, em fins de semana e durante as férias. Para jovens de vinte anos as longas horas de trabalho não poderiam ser sustentadas pelo tempo que o foram se não fosse a compensação adicional da vivência integral que o laboratório proporcionava. Éramos, na realidade, um grupo de amigos amadurecendo juntos, inclusive Michel, apenas dez anos mais velho e em muitos aspectos de vida social tão imaturo quanto nós. No intervalo da rotina científica falava-se de tudo, brigava-se por irrelevâncias, discutia-se política – é óbvio – e, sim, trazia-se parceiros para namorar. Havia um sofá estrategicamente colocado no meio do laboratório para casais conversarem de mãos dadas enquanto um deles esperava o tempo certo de adicionar mais um reagente aos tubos de ensaio. Para romances mais arrojados sempre havia o escritório do Michel onde com algum esforço ajeitava-se um espaço entre montanhas de livros e papéis, sinalizações roubadas em excursões noturnas pelas ruas de São Paulo – PARE, PROIBIDO VIRAR À ESQUERDA, CONTRAMÃO – e quadros açambarcados de paredes de restaurante, a especialidade cleptomânica de Michel. Mas, os poucos que interpretavam esse ambiente fácil como licença para descuidar da ciência não duravam mais do que uns poucos meses em seu laboratório. Essa era a atmosfera em que o grupo de jovens estudantes de medicina sob a orientação de Michel fazia ciência, ciência de qualidade suficiente para ser publicada no *Nature*, no *Journal of Cell Biology* e no *American Journal of Physiology*.

Em 1959 o trabalho do grupo tinha amadurecido o suficiente para ser apresentado no Congresso Internacional de Fisiologia em Buenos Aires. Michel decide que o grupo todo deve ir e como o dinheiro não dava para outra coisa decidimos ir de trem: quatro dias de viagem em cadeiras duras de madeira, leitos indormíveis, pão e banana de comida. Como um bando de escoteiros andamos juntos pelas ruas de Buenos Aires, sentamos juntos nas sessões do Congresso, e quebramos o ar dignificado da Sociedade Internacional de Fisiologia servindo de claque barulhenta no fim da apresentação de Michel. William B. Kinter, um renomado fisiologista então na Harvard University, ficou tão curioso sobre a origem desse estranho grupo que nos convidou para jantar no dia de folga do Congresso. Não compareci porque tinha uma tarefa política qualquer em Buenos Aires, mas esse jantar selou minha carreira profissional nos Estados Unidos.

Após a fuga do Brasil chegamos em meados de janeiro de 1965 em Syracuse, onde familiares nos abrigaram temporariamente. Empunhando separatas dos trabalhos publicados com Rabinovitch e um inglês que mal dava para entender, faço minha primeira tentativa de obter um cargo no Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Syracuse. O chefe da cadeira me atende gentilmente, diz que infelizmente não tem vaga mas por cortesia acompanha-me num *tour* pelo departamento. Depois de passar por quase todos os laboratórios chegamos, no fim da visita, ao laboratório de William Kinter, que tinha se transferido da Harvard para Syracuse. Lembrando-se de mim como um dos “meninos” de Michel em Buenos Aires pergunta-me o que estava fazendo em Syracuse. Respondo que estava à procura de emprego e ele pede para que volte no dia seguinte. William Kinter tornou-se meu mentor científico nos Estados Unidos e não cansava de repetir que o jantar em Buenos Aires, ao qual nem compareci, fora a principal razão de me aceitar em seu laboratório. Em mim, Kinter reconheceu o trabalho de Michel Rabinovitch – sorte minha! No seu corporativismo atávico doentio a FMUSP nunca conseguiu entender a importância de Michel – azar dela!

A CARTA TRUNCADA

Em 1962 começo a minha carreira acadêmica no Departamento de Histologia da FMUSP recomendado por Michel Rabinovitch que tinha ido por dois anos aos Estados Unidos com uma bolsa de estudos. Depois de um ano, em 1963, sou chamado ao escritório do catedrático e informado que tinha sido demitido. Surpreso, pergunto se ele estava insatisfeito com o meu trabalho. Diz que não, mas que era sua prerrogativa determinar quem deveria pertencer ao departamento.

Finalmente, em 1964, em Quitaúna, vim a saber a razão da minha demissão. No meio de mais uma interminável sessão de interrogatório, o tenente-coronel Sebastião Alvim, chefe da Comissão de Inquérito Militar responsável por apurar as minhas atividades políticas fora da faculdade, retira da gaveta um papel e diz ser uma carta que enviei a Rabinovitch nos Estados Unidos. O trecho que me é lido contém diversos comentários políticos relativamente inócuos para a época e pede uma contribuição para o jornal *Frente Operária*. Pergunto ao coronel Alvim onde tinha obtido a carta, e ele responde que ela

lhe tinha sido entregue pelo professor Junqueira, que a encontrou no apartamento de Michel Rabinovitch quando o visitava nos Estados Unidos. Devido ao caráter ilícito da aquisição da carta, o advogado Mario Simas conseguiu impugná-la no nosso processo perante a 2ª Auditoria de Guerra. Todavia, o dano para Michel Rabinovitch estava feito pois a carta foi usada como a única “prova concreta” de seu envolvimento político que, diga-se de passagem, era nulo. Em relação à minha pessoa a parte política da carta teve consequências insignificantes pois o Exército possuía provas muito mais comprometedoras das minhas atividades políticas. Nesse sentido, Michel foi vítima da minha indiscrição de jovem, pela qual me penalizo. À guisa de desculpa devo dizer que ninguém da minha época poderia prever a ação do catedrático de Histologia e mesmo hoje, se não houvesse prova documental, ela pareceria altamente improvável.

Contendo a minha indignação quando confrontado pela primeira vez com a carta, pergunto ao coronel Alvim sobre o resto da carta e ele responde que Junqueira tinha cortado a carta e só entregue a última parte. Com algum regozijo relato ao coronel Alvim em detalhe o conteúdo suprimido da carta. Esse conteúdo foi a razão da minha demissão da Histologia em 1963. Acontece que a primeira parte da carta, além de breve descrição do que eu estava fazendo em ciência, continha referências desairosas à gestão de Junqueira no Departamento de Histologia, além de críticas científicas que, se bem que justificadas em seus termos gerais, tinham o tom da arrogância de um jovem de 25 anos que mal estava saindo de suas fraldas acadêmicas. Assim, a meia-carta, a parte que não faz parte do meu dossiê político, foi a base para a vingança bem-sucedida do catedrático de Histologia.

Refletindo hoje sobre a minha demissão da Histologia por causa das críticas que fiz ao seu catedrático, a minha atitude é menos sangüínea do que na época. Afinal de contas nenhum chefe de departamento ou de laboratório gostaria de ter sob seu comando uma pessoa que não lhe tem respeito. O crime do Junqueira não foi o de me ter demitido – isso era aceitável –, mas sim o de apoderar-se da carta e entregá-la ao Exército com o intuito de eliminar a presença física do Michel e minha, primeiro com uma longa prisão – o que felizmente não aconteceu para Michel – e, segundo, com o exílio do país – o que aconteceu para nós dois.

De todos os delatores graúdos da FMUSP, Junqueira era o único que sabia o que era boa ciência, se bem que não a praticasse. Por isso é duplamente culpado pela derrocada da faculdade. Na FMUSP Junqueira foi o delator de peito aberto que se vangloriava publicamente do seu papel e servia de testemunha de acusação nos julgamentos da 2ª Auditoria de Guerra sem nenhuma compulsão. De certa forma, era um instrumento dos delatores mais covardes que o usavam como uma frente para continuar o seu trabalho destruidor na surdina.

Para mim é difícil fazer um julgamento objetivo do papel de Junqueira na repressão, pois fui um de seus alvos principais. Felizmente, devido ao seu caráter aberto, as suas ações estão registradas nas atas da Congregação, nos inquéritos policiais-militares e nos julgamentos dos docentes da FMUSP na 2ª Auditoria de Guerra. A sua falta de controle emocional era conhecida e bem exemplificada pelo episódio de sua briga com Crodovaldo Pavan, um conhecido biólogo da USP. Por alguma razão, quando eu ainda era estudante, Junqueira e Pavan tiveram um desentendimento no porão da faculdade. Primeiro levantaram as vozes. Acercamo-nos para ver o que estava acontecendo. Junqueira convida Pavan para resolver o desentendimento “como homem” no jardim da faculdade. Para lá se dirigem seguidos agora de estudantes que fazem rodinha enquanto esses dois “luminares” acadêmicos da minha época se pegavam a socos e pontapés. Pavan – fisicamente mais avantajado – ganhou a briga.

Quase trinta anos depois, em 1988, sou convidado para fazer uma palestra na 2ª Reunião da FESBE em Caxambu. No segundo dia do Congresso, sem muito o que fazer, entro numa sala onde Crodovaldo Pavan, então presidente do CNPq, era confrontado por uma platéia composta pelo que havia de melhor entre os cientistas biológicos do país. Pavan, atacado de todos os lados, defendia-se – como era seu hábito desde os meus tempos de estudante – com demagogia e infantilismos. A platéia mal podia conter a sua fúria. De repente constato com alguma vergonha que, embora concordando plenamente com o conteúdo das críticas a Pavan, não conseguia identificar-me com a indignação de meus colegas. Afinal de contas Pavan tinha realizado a fantasia que me persegue desde 1964: dar uma surra no Junqueira no jardim da FMUSP.

O FURO DA PANELA

Na mesma manhã em que fui despedido do Departamento de Histologia, em 1963, procuro Alberto Carvalho da Silva, então chefe interino de Fisiologia. Explico o sucedido e peço emprego em seu departamento. Carvalho da Silva pede para que eu retorne no fim da tarde para lhe dar a oportunidade de verificar a razão da minha demissão da Histologia. Um chefe interino, preparando-se para o concurso de cátedra, normalmente não se arriscaria a abrigar em seu departamento um docente demitido de outro departamento. Isso seria arriscar seriamente a ira de um catedrático vitalício que, como membro da Congregação, influenciava a composição da banca do concurso. Mas essa não seria uma consideração para uma pessoa com a integridade de Carvalho da Silva.

A razão dada por Junqueira a Carvalho da Silva para a minha demissão foi falsa. Disse que eu era profissionalmente competente mas que fazia do Departamento de Histologia um centro de atividades políticas. Com poucas exceções eu mantinha a separação física entre a atividade profissional e política de forma quase obsessiva, não por princípio, mas por incapacidade absoluta de “chupar cana e assobiar ao mesmo tempo”. Carvalho da Silva também não acreditou na razão mas me pede o compromisso de não fazer política no departamento ou na faculdade depois de dizer que não era da sua conta o que eu fazia fora dela. Um aperto de mão sela o compromisso que mantive estritamente até o dia da assembleia de greve contra o golpe de 1964. Nesse dia, pedindo desculpas, digo que infelizmente teria que quebrar a minha palavra. Carvalho da Silva responde que em certos momentos só a consciência pode ditar a nossa conduta e, como que prevendo as consequências de meu ato, pede para que eu tome cuidado.

Nas primeiras semanas de março de 1964 teve lugar o concurso para a cátedra de Fisiologia, sem dúvida o evento mais importante da FMUSP antes do golpe de 1964. Concorriam Alberto Carvalho da Silva e Demóstenes Orsini. Carvalho da Silva era chefe interino do departamento por uma série de circunstâncias fora do controle da “família”, incluindo a morte prematura de Antonio Paula Santos, o docente que estava sendo preparado para assumir a chefia de departamento. Com falta de quadros, o poder recrutou um candidato para o concurso que lhe parecia mais controlável do que Carvalho da Silva. Demóstenes Orsini além de não ser um membro com cartão-ouro da “família”, era um fisiologista tão medíocre que alguns catedráticos quebraram fileiras e mantiveram uma postura neutra. Uns poucos como Cavalcanti, Ulhôa Cintra, Luiz Décourt e outros compreenderam que seria desastroso para o futuro da faculdade repetir a farsa que tinha ocorrido no concurso de Farmacologia. Essa divisão resultou na escolha de uma banca de compromisso, cujo presidente, um fisiologista baiano, o poder esperava convencer a votar em Demóstenes Orsini. Racistas que eram, julgavam que qualquer baiano seria facilmente intimidado. Como esperado, a performance de Alberto Carvalho da Silva em todas as provas do concurso foi muito superior a de Demóstenes Orsini. O fisiologista baiano votou com a sua consciência e Alberto ganhou o concurso.

O concurso começou algumas semanas antes do golpe. Na noite anterior ao início do concurso fui temporariamente detido pelo DOPS quando participava de uma reunião da Frente Nacionalista no Centro Professorado Paulista na Rua da Liberdade. Foi a reunião de lançamento da candidatura de Almino Afonso a Governador do Estado, do qual participavam todos os partidos de esquerda e líderes sindicais. A reunião foi dispersada à força por ordem do governador Adhemar de Barros com uma violência incomum para um período de franquias democráticas – cacetadas, socos e pontapés distribuídos por um contingente uniformizado da guarda civil que invadiu o auditório apinhado de gente. Na ocasião ninguém teve consciência de que esta seria a primeira demonstração aberta de que a preparação do golpe na cidade de São Paulo estava em andamento.

No melê estabelecido fui agarrado por dois agentes do DOPS que me levaram para uma perua Chevrolet estacionada em frente ao Centro Professorado. Isa também tinha sido apanhada e acabamos sentados lado a lado no banco da perua do DOPS. Eu estava preocupado porque pensava que minha prisão, ao se tornar pública, iria prejudicar Carvalho da Silva em seu concurso. Isa estava preocupada porque tínhamos deixado a nossa filha com um vizinho para participar da reunião. Quando estávamos nos consolando mutuamente alguém subiu no teto da perua e gritou: “Eu sou deputado federal. Soltem imediatamente os que estão nessa perua”. Um agente do DOPS comunica-se com a central pelo rádio, explica o que está ocorrendo e pede instruções. A voz fanhosa do rádio retruca: “Tira o deputado do teto a tapa”. O agente sai para dar as instruções. Um minuto depois ele volta esbaforido e explica pelo rádio que o deputado tinha puxado um

revólver e continuava exigindo a nossa liberação. O rádio silencia por um tempo que me parece interminável. Finalmente a voz fanhosa soa: “Solta os detidos”.

Isa e eu saímos da perua e lá estava o deputado Rubens Paiva – pernas separadas, pés solidamente fincados no teto da perua, revólver na mão – dizendo para nós “sumirmos” rapidamente pois não sabia quanto tempo poderia sustentar a situação. De todos os políticos graúdos presentes à reunião, somente Rubens Paiva, a quem não conhecíamos pessoalmente, veio salvar os “peixinhos” das mãos do DOPS. Essa dedicação, essa lealdade ao militante comum, veio a custar-lhe a vida nas mãos da ditadura. Rubens Paiva foi assassinado em 1970 quando procurava defender da tortura uma companheira de prisão que nem conhecia.

Freqüentemente associo na minha memória Rubens Paiva e Carvalho da Silva, apesar deles serem pessoas completamente diferentes. Rubens Paiva era valentão, desbocado, discursador. Carvalho da Silva é ponderado, quieto, organizador. Todavia, ambos tinham pelo menos uma coisa em comum, uma lealdade absoluta aos que esposavam um objetivo comum, o objetivo político e social no caso de Rubens Paiva, o objetivo acadêmico e ético no caso de Carvalho da Silva. Ambos exerciam essa lealdade com uma coragem moral incomum que em Rubens Paiva aliava-se à coragem física e em Carvalho da Silva alia-se à coragem intelectual. No meu caso pessoal, a coragem moral e intelectual de Carvalho da Silva foi revelada não só no episódio de aceitar-me em seu departamento quando fui demitido da Histologia, mas também na sua recusa de me demitir do departamento quando fui preso, apesar da enorme pressão que os militares fizeram nesse sentido.

Carvalho da Silva era um bom cientista e formador de fisiologistas, contando-se entre os seus alunos Gerhard Malnic, fisiologista renal de renome internacional. Mas o seu destaque maior é a sua capacidade natural de liderança e, na época, de ter sabido pôr em prática os conceitos de modernização da FMUSP e da ciência em São Paulo na década dos 60. Exemplos nesse sentido foram a organização do biotério da FMUSP, a renovação do Departamento de Fisiologia e a organização da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Carvalho da Silva compreendeu que toda a grita sobre a necessidade de desenvolver as ciências biomédicas na FMUSP era vazia sem um biotério adequado, e entregou-se à tarefa de organizá-lo. Lembro-me que antes disso, quando precisávamos de cachorros ou gatos para fazer experiências, saíamos à rua para caçá-los.

Ele sabia que era necessário rejuvenescer o Departamento de Fisiologia. Ainda como catedrático interino, contratou para o departamento um grupo de jovens recém-formados – Gerhard Malnic, Mauricio Rocha e Silva Filho, Francisco Lacaz Vieira, Nubio Negro e eu – que iriam servir de cerne para um novo departamento e para o desenvolvimento da fisiologia nas décadas seguintes. Para manter um balanço necessário ele trouxe de Ribeirão Preto um fisiologista mais maduro, o neurofisiologista Cesar Timo Iaria. Com esse grupo ele modernizou tanto o ensino quanto a pesquisa no departamento. Por melhores que fossem as intenções desse grupo jovem, ele se esfacelaria sem a liderança de Carvalho da Silva. Ele escutava pacientemente os nossos sonhos e, sem nos deixar perceber, dirigia as nossas energias para colocá-las em prática de uma forma realista e eficiente.

Alberto Carvalho da Silva percebeu que a FAPESP corria os mesmos perigos de tantas outras organizações burocráticas da ciência e da universidade no país. Para torná-la efetiva era necessário pôr em prática a idéia de que o desenvolvimento da pesquisa científica dependia de meios financeiros adequados fornecidos diretamente ao pesquisador individual, de tal maneira que ele não dependesse da boa vontade de catedráticos ou da direção das faculdades e institutos para realizar a sua pesquisa. Carvalho da Silva foi a figura-chave da recém-instituída FAPESP, estabelecendo os critérios para distribuição de bolsas e auxílios na base de mérito e potencial científico, entregando-se ao trabalho prático de estabelecer as normas para revisão de pedidos, protegendo a entidade contra interferências protecionistas e nepotistas, enfim, servindo de seu verdadeiro diretor científico. A FAPESP mudou completamente o panorama científico no estado de São Paulo e sem ela, sem Carvalho da Silva, a ciência na USP e em outras universidades e institutos paulistas estaria hoje bem pior do que está.

Tudo isso foi feito sem fanfarra, sem discurso, quieta e efetivamente.

Em 1979, o ano da anistia, a ADUSP, em homenagem aos docentes atingidos pela repressão, promoveu as assim chamadas “aulas da anistia”. Cada um dos docentes demitidos ou aposentados foi convidado a dar uma palestra na faculdade da qual fora ex-

purgado. Como eram muitos os expurgados na FMUSP, escolhemos unanimemente Alberto Carvalho da Silva para dar a palestra na Casa de Arnaldo. O pedido para ceder uma sala foi dirigido a cada um dos diretores das faculdades e institutos da USP. Todos, menos um, concordaram imediatamente. O “um”, como o leitor deve ter deduzido facilmente nessa altura da narrativa, foi o diretor da FMUSP. Mario Ramos, que em 1979 representava exatamente o que João Alves Meira representou em 1964, recusou-se peremptoriamente a ceder uma sala para o evento e Carvalho da Silva deu a sua palestra, sob o patrocínio do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, no porão da Casa de Arnaldo.

Foi a melhor de todas as “aulas da anistia”, não só pelo seu conteúdo, mas porque as condições em que teve lugar mostravam claramente que a anistia promulgada pela própria ditadura não seria aceita pelo poder da FMUSP. Mesmo quando a ditadura deu o seu “basta!”, o poder da FMUSP disse: “nunca!”. Carvalho da Silva era a consciência moral da FMUSP. Com o seu expurgo em 1968, com a recusa de permitir-lhe dar a palestra em 1979, a faculdade – que já estava moribunda desde nossa expulsão em 1964 – deu mais um passo no triste caminho de sua desmoralização como instituição acadêmica.

A CESTA VERMELHA

Na divisão do trabalho de casa, cabia-me levar nossa filha Marisa de seis meses de idade todas as manhãs para a creche do Hospital das Clínicas onde ela ficava até o início da tarde, quando a Isa ia buscá-la na volta de seu trabalho. Para tanto eu tomava o bonde Pinheiros na esquina da Rua da Consolação com a Rua Maria Antonia – Marisa no braço direito, sacola com fraldas, mamadeiras, e meus materiais de trabalho na mão esquerda. Para os curiosos sobre os costumes da época devo ressaltar que homens sentados competiam para oferecer seus lugares para as mulheres, mas, homem com nenê no braço era tão incomum que não havia norma social estabelecida. Em geral os homens sentados ficavam constrangidos, mergulhavam-se na leitura do jornal ou olhavam a paisagem pela janela. Por regra social, as mulheres sentadas não podiam oferecer o seu lugar para um homem mas muitas vezes ofereciam-se para pegar o nenê em seu colo. Meu prazer diário foi seriamente ameaçado por uma amiga que perante Isa acusou-me de carregar a Marisa “como se fosse um saco de batatas”. Em 1964 essa foi a única delação bem-intencionada na cidade de São Paulo. Ofendido, defendi-me o melhor que pude mas por fim tive que aceitar o compromisso de levá-la numa cesta, onde deitada certamente seria transportada de forma mais condigna.

Essa introdução não teria sentido se a simples atividade diária de levar a Marisa para a creche não tivesse figurado com alguma proeminência nos dois inquéritos a que fui submetido depois do golpe militar de 1964, na minha demissão da FMUSP e finalmente na expulsão da Marisa da creche do Hospital das Clínicas. Acontece que a cesta da Marisa era de cor vermelha, o que se transformou em prova irrefutável da ideologia subversiva do pai e, por reflexo – talvez mesmo por osmose pigmentar –, no que certamente seria a ideologia da filha assim que ela começasse a usar a palavra falada para subverter os seus companheiros de creche.

O coronel Alvim foi o primeiro a alertar-me sobre o caráter comprometedor da cor da cesta da Marisa quando eu ainda estava preso no quartel de Quitaúna. Qualquer distração era para mim bem-vinda nos tempos iniciais de prisão. Quanto mais energia era gasta em analisar o significado da cor da cesta da Marisa menos tempo sobraria para perguntas mais sérias, ou assim eu pensava. Sem dar nomes, o coronel Alvim leu-me os depoimentos dos delatores da FMUSP que não só comprovavam que a cor da cesta era vermelha mesmo, não um magenta mais vivo ou cor-de-rosa mais escuro, mas também afirmavam que nada ilustrava tão bem o meu fanatismo comunista como o de levar todos os dias a filha para a creche numa cesta vermelho-brilhante. Tento o humor: “Coronel, o senhor acha que com o meu cabelo – hoje desbotado pelos anos, mas na época vermelho como um tomate – eu precisaria de outro símbolo para propagar a minha ideologia?” O coronel Alvim não era muito amigo desse tipo de humor. Meses mais tarde, no “Raul Soares”, repito o gracejo para o coronel Pinheiro. Ele dá risada e depois mais sério acrescenta: “Sabe, doutor, em toda minha vida, eu nunca vi tanta indignidade, tanta baixeza, quanto nessas acusações que coletei na faculdade”. Isso, todavia, não o impediu de usá-las em seu relatório final.

Alguns dias depois da publicação do decreto de Adhemar de Barros que nos demite da FMUSP, a direção da faculdade e do Hospital das Clínicas também decide expulsar

Marisa da creche sob a alegação de que eu não tinha mais vínculos empregatícios com a FMUSP. Poucos episódios da época causaram maior indignação do que esse ato de pura vingança e crueldade. O porão da faculdade encheu-se de cartazes de protesto. A imprensa paulistana deu mais proeminência à expulsão da Marisa da creche do que ao meu expurgo. Os artigos eram clandestinamente colocados por baixo da porta da minha cela solitária no “Raul Soares”. Lembro-me bem de uma coluna na última página do jornal *Última Hora* assinada por Arapuã. Era a coluna normalmente satírica sobre acontecimentos nacionais, mas nesse caso Arapuã escreveu com grande indignação e seriedade, concluindo que nenês não devem pagar pelos crimes do pai e que o ato de expulsão da Marisa era definitivamente contrário ao espírito brasileiro. Talvez me lembre tão bem desse artigo porque ele considerava como certo que eu era “um criminoso” e também porque o recorte veio acompanhado de uma nota singelamente escrita por companheiros de prisão – em sua maioria estivadores do porto de Santos – que (parafrazeando) lia: “Não se preocupe doutor. Um dia a gente vai fazer a nossa própria creche e ela vai se chamar Marisa”.

A expulsão da Marisa da creche foi o único erro tático feito pelos delatores e pela direção da FMUSP em relação à minha pessoa. A reação foi tanta que eventualmente eles recuaram e Marisa foi readmitida. A expulsão causou indignação até nos círculos militares responsáveis pela minha prisão. O coronel Alvim usou o ato para se vangloriar da superioridade moral do Exército comparada com a dos círculos acadêmicos. Coincidência ou não, os interrogatórios pesados a que eu era submetido quase que diariamente cessaram por completo e poucas semanas depois da expulsão da Marisa, Alvim revogou a minha incomunicabilidade. Aparentemente, a expulsão da Marisa da creche tinha atingido o limite aceito pelo coronel Alvim ao grau de repressão permissível que poderia ser imposto a um professor universitário em 1964. Esquecia-se Alvim que mesmo mostrando mais dignidade e humanidade que os delatores da FMUSP, ele e seus colegas golpistas forneceram os instrumentos e a atmosfera que trouxe à tona o que havia de pior na FMUSP.

Assim, “a cesta vermelha” tornou-se de fato um símbolo, não de comunismo, mas da repressão arbitrária na FMUSP. Marisa transformou-se em heróina do dia. Toda visita que ela me fazia no “Raul Soares” era uma festa, com flores, toalha na mesa e comida especialmente preparada. Isso foi em 1964. Em 1968-72, filhos de prisioneiros políticos – mesmo nenês – em vez de serem protegidos e mesmo festejados como a Marisa, eram torturados na frente dos pais para deles obter confissões. A progressão inevitável de uma ditadura – de qualquer ditadura.

PRISÃO E CONFISCO DE LIVROS DE PROTOCOLO

Fui preso na manhã de 10 de junho de 1964 em meu laboratório no Departamento de Fisiologia por três militares vestidos à paisana. Não foi uma surpresa pois, na noite anterior, um amigo tinha me avisado que estavam a minha procura. Discuti com minha esposa a possibilidade de fugirmos do país mas chegamos à conclusão de que não estávamos preparados para isso e tínhamos a ilusão comum na época de que a prisão seria curta, alguns dias apenas. Como o foi, os poucos dias transformaram-se em meses e em dezembro, querendo ou não, tivemos que fugir do país.

Na tarde da minha prisão os militares invadiram o nosso apartamento, levando livros, papéis, desatarraxando todas as lâmpadas dos abajures procurando não sei o quê, esvaziando armários, gavetas e, enfim, fazendo o que regimes ditatoriais estão acostumados a fazer desde tempos imemoriais. Alguns dias depois, a cena é repetida no meu laboratório no Departamento de Fisiologia e, dessa vez, levaram o que há de mais valioso para um pesquisador, os livros de protocolo das experiências que realizei entre 1962 e 1964.

Livros de protocolos de cientistas são indecifráveis para leigos. Abreviações incompreensíveis, siglas obscuras, números com muitos decimais, tudo isso parecia código secreto para a comissão de inquérito militar. O aparente conteúdo subversivo dos livros de protocolo deu vazão a horas de interrogatório durante as quais não fiz nenhum esforço para educar o coronel Alvim nos mistérios das siglas e dos números. Como a “cesta vermelha”, as perguntas sobre o significado do que estava escrito nos livros de protocolo era uma distração bem-vinda nas primeiras semanas de prisão. Finalmente, depois de duas semanas, o coronel Alvim abandonou essa linha de inquisição, não sem antes orgulhosamente mencionar que tinha apreendido que “RNAase” era uma abreviação

para “ribonuclease”, os números eram transmitância óptica e “±” era desvio padrão. Até hoje não sei quem lhe serviu de consultor.

Os livros de protocolo saíram do interrogatório mas não da minha vida. Com o seu confisco os militares destruíram toda a minha produção científica na FMUSP entre 1962 e 1964, mas conhecimento não se elimina facilmente. Quando suprimido em algum lugar tende a emergir em outro. Nos Estados Unidos, com o incentivo de meu mentor William Kinter, repeti em Syracuse muitas das experiências que tinha feito na FMUSP nesse período e, com dados adicionais, esses estudos deram origem a publicações que formaram a base inicial da minha reputação científica nos Estados Unidos.

Em 1979, o ano da anistia, visito o Departamento de Fisiologia, funcionando agora no ICB da Cidade Universitária, para dar um seminário. Uma colega dos tempos de 1964 puxa-me de lado e, com lágrimas nos olhos, diz que por quinze anos não consegue livrar-se do sentimento de culpa de ter indicado para os três militares à paisana onde ficava o meu laboratório no dia da minha prisão. As lágrimas transformam-se em choro quando ela explica que os militares não tinham se identificado mas que ela deveria ter percebido que eles eram policiais. Foi a minha vez de ter lágrimas nos olhos e mal consegui responder coerentemente que não tinha razão alguma para o seu sentimento de culpa. Eu deveria ter alertado todos os meus colegas de departamento da iminência da minha prisão no dia 10 de junho, mas, mesmo que ninguém tivesse apontado onde era o meu laboratório, os militares à paisana teriam me achado. Olhando para minha colega pensei comigo mesmo: merda! Não só nos expulsaram em 1964 mas conseguiram fazer colegas honestos sentirem-se falsamente culpados pelo que eles, militares e delatores da FMUSP, fizeram conosco.

UMA QUESTÃO DE ÉTICA

Em 1959, quando eu cursava o quarto ano da faculdade, o professor Pacheco e Silva, catedrático de Psiquiatria, entra numa das aulas do curso de Psicologia Médica carregando um calhamaço de folhas. Dirige-se à classe dizendo que está fazendo um estudo sobre o perfil psicológico do estudante de medicina. Pede-nos para escrever uma autobiografia e responder um detalhado questionário. As questões eram íntimas e privadas, incluindo *status* econômico da família, vida sentimental, vida familiar, ideologia filosófica e política, e atividades em que estávamos envolvidos. Pacheco e Silva assegura-nos completa confidencialidade e apela para a nossa colaboração. Como bons jovens de vinte anos mentimos bastante sobre a nossa vida sentimental, mas derramamos a alma sobre a nossa ideologia política e filosófica. Lembre-se o leitor, a minha foi a geração que cresceu nos tempos das liberdades democráticas e da repressão sexual. Mesmo assim evitei mencionar associações ou atividades políticas concretas e escrevi sobre a minha ideologia de uma forma vaga.

Ao sairmos da aula um colega pergunta-me se tinha respondido às questões. Digo que sim. Ele exclama: “Você é louco! O Pacheco vai mostrar esse negócio pra todo mundo”. Respondo: “Deixa de ser paranóico”.

Os tempos fáceis em Quitaúna tinham acabado. As amenidades da “cesta vermelha”, da “meia-carta” e “dos livros de protocolo” deram lugar a interrogatórios duros sobre a realidade das minhas atividades políticas fora da FMUSP. Na tentativa de quebrar meu silêncio, o coronel Alvim decide mandar-me para o “Raul Soares”. A seu favor devo dizer que não recorreu à tortura física e não precisei de heroísmo para manter meu silêncio. No meu último dia em Quitaúna, o coronel Alvim, com um sorriso nos lábios, me diz (parafrazeando): “Pois é, agora você silencia, mas nos tempos da democracia vocês falavam e escreviam abertamente sobre tudo”. Para demonstrar o quanto isso era verdade ele repete o que escrevi sobre a minha ideologia política uma única vez na minha vida, num único lugar. Pacheco e Silva tinha entregue ao Exército minha autobiografia privada, minhas respostas ao seu questionário confidencial.

EPÍLOGO

As aulas na FMUSP eram homogeneamente monótonas e, como pude constatar mais tarde, isso não é uma particularidade sua mas sim geral de todas as escolas médicas que conheci por esse mundo afora. Depois de mais um sofrido dia nas cadeiras duras do anfiteatro da Anatomia, meu colega Moacyr, hoje psiquiatra conhecido em São Paulo, contou-me o seu pesadelo da noite anterior. Moacyr é nome fictício – o único desse ar-

tigo – porque autoria de pesadelo não deve ser identificada em público, muito menos se for de psiquiatra.

O pesadelo começa no cemitério Araçá, situado em frente à FMUSP na Av. Dr. Arnaldo. Os mausoléus, pedras funerárias e toda parafernália do cemitério, inclusive caveiras e minhocas, começam a mover-se lentamente e, em fila indiana, atravessam a Dr. Arnaldo, adentram o portão do jardim, sobem o pequeno número de degraus da porta de entrada – de ferro batido, bonita – e espalham-se pelo interior da faculdade. Sentado no jardim, Moacyr observa paralisado a procissão até que, lerdamente, a última minhoca atravessa a porta. Moacyr levanta-se, corre pela faculdade adentro à procura da procissão. Não encontra nada, nem mausoléus, nem pedras funerárias, caveiras ou minhocas, nem alunos, nem professores, nem cientistas, nem médicos – nada! Cansado, deita-se no patamar do primeiro vão da escadaria de mármore que sobe ao primeiro andar, braços cruzados, pernas estendidas e juntas. Das sacadas do primeiro andar começam então a aparecer figuras conhecidas com pás nas mãos jogando terra sobre o seu corpo rívido. Moacyr acorda suando do seu enterro naquele magnífico prédio da Av. Dr. Arnaldo, transformado em seu mausoléu.

Em fins de 1978, a ditadura revoga a minha expulsão do Brasil e volto pela primeira vez à FMUSP numa quarta-feira às três da tarde, dia normal de trabalho. Entro pelo portão do jardim, passo pela porta de entrada, vou à esquerda, à direita, subo a escada, sigo em frente, viro à direita, à esquerda; segundo andar, terceiro andar. Nada! Nem mausoléus, nem pedras funerárias, caveiras ou minhocas; nem alunos, professores, cientistas ou médicos. Resisto à tentação de deitar-me no patamar do primeiro vão da escadaria e saio do prédio com medo de olhar para trás.

AGRADECIMENTOS

Este artigo originou-se em Nova York, produto de uma conversa preguiçosa com um jovem amigo, docente da USP. A ele o meu obrigado pelo estímulo de escrever esse ensaio. A dificuldade maior foi o português, enferrujado por 25 anos de desuso – um dos preços do exílio. Diversos amigos e amigas leram o manuscrito, fizeram comentários importantes e removeram muitos dos anglicismos. As incorreções de linguagem que permanecem são de minha responsabilidade. Um colega de classe e amigo em São Paulo prestou-me inestimável ajuda na verificação de alguns dos fatos narrados neste artigo. A todos esses amigos vai o meu muito obrigado. Este agradecimento é feito sem citação de nomes porque quem passou pela repressão entende que nomes de amigos nunca devem ser mencionados em público. Minha companheira e esposa Isa não deixou que eu abandonasse a tarefa em momentos de desânimo e, como sempre, foi a minha conselheira mais valiosa.